


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014342-16.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Everton Aparecido Valentin**

VISTOS.

EVERTON APARECIDO VALENTIM, vulgo “Porco”, qualificado a fls.12, foi denunciado como incurso no art. 33, caput, da Lei nº11.343/06, e no art.12 da Lei nº10.826/03, porque em 3.8.13, por volta de 22h34, na Rua Osvaldo Peres, 223, bairro Santa Angelina, em São Carlos, tinha em depósito e cultivava, para fim de tráfico, uma porção de crack, pesando 18,9g e dois pés de maconha, pesando 23,97g; no mesmo local possuía saquinhos para embalagem de entorpecente, duas tesouras, um aparelho celular e R\$122,00.

Consta, também, que também ali o réu possuía e mantinha sob sua guarda, no interior da residência, vinte e quatro cápsulas intactas, calibre 38, sem autorização legal.

Recebida a denúncia (fls.83), após notificação e defesa preliminar, houve citação e audiência de instrução com interrogatório (fls.111) e inquirição de duas testemunhas de acusação (fls.112/113) e três de defesa (fls.114/116).

Nas alegações finais, o Ministério Público pediu

**0014342-16.2013.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a desclassificação do crime de tráfico para o do art.28 da Lei nº11.343/06, bem como a condenação pelo crime do art.12 da Lei de Armas.

A defesa, concordando com a desclassificação, pediu o reconhecimento do direito à transação penal quanto ao delito do art.28 da Lei nº11.343/06, e do direito à suspensão condicional do processo quanto ao delito remanescente.

É o relatório

**D E C I D O**

A materialidade dos dois crimes está provada pelos laudos de fls.47/50 (dos entorpecentes) e fls.122/123 (da munição).

Não, contudo, como bem observado nas alegações finais, prova segura de que a droga encontrada destinava-se ao tráfico.

Interrogado (fls.111), o réu afirmou que a droga localizada em sua casa era para uso próprio e confessou, também, a posse da munição.

Os policiais (fls.112/113) não viram ato de comércio nem puderam esclarecer se a droga encontrada, - pequena quantidade - , destinava-se efetivamente ao comércio, o que não se pode presumir.

A prova de defesa (fls.114//116) refere-se ao fato de o réu ser usuário de entorpecente, sem menção a possível tráfico praticado por ele, que no caso não ficou suficientemente demonstrado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sendo o réu primário e de bons antecedentes (fls.63), faz jus, em princípio, à transação penal quanto ao crime do art.28 da Lei nº11.343/06, e à suspensão do processo quanto ao delito remanescente (art.12 da Lei nº10.826/03), cuja pena mínima é de um ano de detenção.

Ante o exposto, opero a DESCCLASSIFICAÇÃO do crime do art.33, "caput", da Lei nº11.343/06 para o do art.28 da mesma lei e, em consequência, nos termos do art.383, §1º, do CPP, determino a abertura de vista ao Ministério Público para análise de propostas de transação penal e suspensão condicional do processo, nos termos da fundamentação, em relação aos dois delitos agora remanescentes.

P.R.I.C.

São Carlos, 04 de dezembro de 2014

André Luiz de Macedo  
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**